

Avaliação psicológica da personalidade no contexto do trânsito: a importância do uso de instrumentos projetivos

**Maiala Bittencourt
Regina Maria Fernandes Lopes
Bruna Fernandes da Rocha**

Resumo: A avaliação da personalidade configura-se como sendo um dos mais importantes aspectos neste tipo de avaliação psicológica, podendo ser realizada por meio de testes projetivos, com o objetivo de avaliar a dinâmica e a estrutura da personalidade, principalmente no contexto do trânsito. O objetivo é refletir o papel do psicólogo no processo de avaliação psicológica no âmbito do trânsito e a utilização que faz dos testes projetivos na avaliação da personalidade de condutores. Foi realizado um levantamento na Plataforma CAPES, utilizando-se no assunto as palavras-chave: trânsito and “avaliação psicológica”. Foram encontrados 6 artigos, discutidos no presente projeto que também enfatizam a importância dos testes projetivos. Estudos empíricos apontam a relevância da aplicação dos testes projetivos neste tipo de avaliação, destacando o Zulliger e o HTP como sendo instrumentos para investigação e diagnóstico da personalidade no âmbito do trânsito. Esses resultados demonstram aumento de interesse pela área do trânsito quando comparado ao período anterior, no entanto, pesquisas correlacionando trânsito, avaliação psicológica e técnicas projetivas ainda são escassas.

Palavras-chave: Avaliação Psicológica. Técnicas Projetivas. Teste de Zulliger.

Psychological evaluation of personality in transit background: Instruments of the use of importance projective

Abstract: The personality assessment is one of the most important aspects in this kind of psychological evaluation, which can be performed by projective tests in order to assess the dynamics and the personality structure, mainly in the context of traffic. The objective is to reflect the role of psychologists in the psychological assessment process in the context of traffic and in the use of projective tests to assess drivers' personality. A survey was conducted in the CAPES platform, using the subject keywords: traffic and “psychological evaluation”. Found 6 items discussed in this project that also emphasize the importance of projective tests. Clinical trials suggest that the appliance of projective tests is relevant in this kind of assessment, highlighting the Zulliger and the HTP as instruments to verify and diagnose the personality in the context of traffic. These results show an improvement in the interest for the context of traffic when compared to earlier periods, but researches correlating traffic, psychological assessment, and projective technics are still scant.

Keywords: Psychological evaluation, Projective Techniques, Zulliger,

Introdução

A área do trânsito no Brasil passou por inúmeras mudanças no decorrer dos últimos anos, sendo uma delas o fato de ser necessário passar por uma série de avaliações para que um indivíduo possa obter a Carteira Nacional de Habilitação. Uma das etapas avaliativas refere-se à avaliação psicológica, aplicada por um psicólogo perito examinador do trânsito (Hoffmann, Cruz, & Alchieri, 2003). A avaliação psicológica investiga se o candidato

possui determinadas características psicológicas indispensáveis para conduzir um veículo automotor em segurança, entre elas: a capacidade de prestar atenção aos estímulos do ambiente; tomar decisões e solucionar problemas; ter comportamento adequado às situações presentes no trânsito e controle emocional – Resolução 007/2009 (Conselho Federal de Psicologia, 2009).

A avaliação da personalidade configura-se como sendo um dos mais importantes aspectos neste tipo de avaliação psicológica, podendo ser realizada por meio de testes projetivos, com o objetivo de avaliar a dinâmica e a estrutura da personalidade (Villemor-Amaral & Primi, 2009). Existem vários testes projetivos que podem ser aplicados no âmbito do trânsito e os que se destacam são o teste de Zulliger e o HTP (Desenho da Casa-Árvore-Pessoa). O Zulliger é um instrumento que possibilita que o indivíduo expresse sua forma de funcionamento nas respostas que fornece; o HTP fornece indicadores referentes do funcionamento emocional do indivíduo (Ferreira, 2011; Villemor-Amaral & Primi, 2009).

O presente trabalho abordará inicialmente sobre o papel do psicólogo no âmbito do trânsito, ressaltando quais são os requisitos necessários para o profissional realizar a avaliação psicológica; em seguida tratará da avaliação da personalidade baseando-se na utilização dos testes psicológicos, destacando os instrumentos Zulliger e HTP e, por fim, discorrerá sobre a importância da aplicação de instrumentos projetivos no âmbito do trânsito para um entendimento mais aprimorado do perfil dos condutores de veículos automotores.

O psicólogo e sua atuação no trânsito

Na década de 1920, uma das primeiras competências profissionais do psicólogo foi legalmente reconhecida, em 1962 foi criada a Lei Federal nº 4.119 referente à atuação do psicólogo na área do trânsito, determinando ser obrigatório para todos os candidatos que desejavam obter a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) a realização do exame psicotécnico (Hoffmann, Cruz, & Alchieri, 2003).

O século XX foi permeado por inúmeras mudanças no âmbito do trânsito, entre elas o estabelecimento de novos parâmetros para a obtenção da CNH. Essa inovação foi decorrente de um novo olhar sobre os problemas causados no trânsito: a sociedade passou a identificar não apenas os benefícios como também as consequências desta nova forma de deslocamento, diante desse fato novas leis foram elaboradas e passaram a ser investigadas as causas humanas envolvidas nos acidentes de trânsito. Observou-se a necessidade de se prezar pela circulação humana que garantisse segurança, qualidade e bem-estar aos condutores, passageiros, pedestres e demais envolvidos no trânsito, além da promoção de políticas públicas de saúde, educação e segurança associadas à circulação humana. (Silva & Alchieri, 2007)

Com foco na prevenção de acidentes e melhoria da capacidade dos condutores, o Decreto-lei nº 9.545, que oficializou a obrigatoriedade de realização do exame psicotécnico para obtenção da CNH. O objetivo principal deste decreto foi evitar acidentes com indivíduos que não estivessem preparados para conduzir um veículo e habilitar futuros motoristas para que não expusessem a si e nem aos outros em situações de perigo. No âmbito da Psicologia, tornou-se imprescindível uma compreensão mais adequada

do comportamento dos indivíduos no trânsito, além de estabelecer procedimentos e instrumentos empregados para avaliação de candidatos à carteira de habilitação (Hoffmann, Cruz, & Alchieri, 2003; Sampaio & Nakano, 2011).

Segundo o Conselho Federal de Psicologia (2000), a Psicologia no Trânsito foi denominada como a “área da psicologia que investiga o comportamento humano no trânsito, os fatores e processos externos e internos, conscientes e inconscientes que os provocam e o alteram”. O principal dever do psicólogo que atua nessa área é identificar alguns aspectos psicológicos no indivíduo que pretende conduzir veículos automotores, dentre eles: a atenção, a inteligência e a personalidade, além disso, deve analisar os indicativos de condições para tomada de decisão e avaliar os fenômenos psicológicos subjacentes que serão cruciais para definir quais indivíduos serão considerados aptos ou não aptos para dirigir (Sampaio & Nakano, 2011). Conforme Sampaio e Nakano (2011) para executar as avaliações psicológicas no contexto do trânsito, além do requisito indispensável de ser graduado em Psicologia, o examinador deve capacitar-se cumprindo exigências legais para obter o título de especialista em Psicologia do Trânsito por meio do Curso de Capacitação para Psicólogo Perito Examinador de Trânsito, reconhecido pelo Conselho Federal de Psicologia.

Avaliação psicológica no trânsito

A avaliação psicológica no contexto do trânsito é fundamental para a promoção da segurança do condutor, pois contribui para aprofundar os conhecimentos sobre os aspectos humanos no trânsito, dentre eles as diferenças individuais, sendo assim, os psicólogos baseiam-se na suposição de que existem indivíduos mais propensos a se envolverem em acidentes do que outros (Alchieri, 2010). Para o desenvolvimento da avaliação psicológica neste contexto, que ocorre como um processo deve ser pensado estrategicamente o foco no que se pretende avaliar. Assim, diferentes ferramentas podem ser utilizadas: as entrevistas, a observação de comportamentos, as provas situacionais e os testes psicológicos, entre outras (Moura & Venzon, 2011).

De acordo com a Resolução nº 007/2009 do Conselho Federal de Psicologia (2009), os instrumentos a serem utilizados na avaliação psicológica são os testes psicológicos e a entrevista psicológica. A entrevista possui o propósito de avaliar o candidato por meio de um diálogo dirigido com o intuito de coletar informações referentes aos comportamentos, conceitos, valores e opiniões do examinando, abordando quesitos como: histórico escolar, história familiar e profissional; indicadores de saúde e doença; aspectos da conduta social. Além disso, a Resolução 007/2009 propõe que o examinador deverá verificar também as condições gerais que possam interferir no desempenho do candidato no momento da avaliação, como: uso de medicação, se está com fome ou sono, se está passando por algum problema pessoal ou alguma outra circunstância que possa interferir na avaliação (Conselho Federal de Psicologia, 2009). De acordo com as respostas obtidas, o psicólogo poderá optar pela transferência da avaliação psicológica para outra ocasião.

Quanto aos testes psicológicos, parte-se do pressuposto que funcionam como ferramentas eficazes quando adequadamente selecionadas e aplicadas de forma coerente

com o contexto da utilização e as normas padronizadas para o seu uso (Moura & Venzon, 2011). Segundo a Resolução 002/2003 do Conselho Federal de Psicologia, os testes são: “instrumentos de avaliação ou mensuração de características psicológicas observadas através da manifestação do comportamento”, ou seja, mensuram a maneira como o indivíduo responde a determinada tarefa que lhe foi solicitada e permitem a análise das características psicológicas que o teste busca avaliar. Uma das conclusões possíveis dos testes psicológicos serem instrumentos que possibilitam observar, descrever e classificar o comportamento de indivíduos de forma sistemática (Capitão & Santos, 2010).

Segundo Padilha, Noronha e Fagan (2007) o psicólogo deverá possuir domínio e conhecimento do teste que está sendo aplicado, necessita saber que um instrumento para ser reconhecido como teste psicológico deverá possuir os seguintes requisitos mínimos determinados pela Resolução 002/2003 do Conselho Federal de Psicologia (2004):

I- Apresentação da fundamentação teórica do instrumento com especial ênfase na definição do construto a ser avaliado e dos possíveis propósitos do instrumento e os contextos principais para os quais ele foi desenvolvido;

II- Apresentação de evidências empíricas de validade e precisão das interpretações propostas para os escores do teste, com justificativas para os procedimentos específicos adotados na investigação, com especial ênfase na precisão de avaliadores, quando o processo de correção for complexo;

III- Apresentação do sistema de correção e interpretação dos escores, explicitando a lógica que fundamenta o procedimento, em função do sistema de interpretação adotado, que pode ser:

a) referenciada à norma, deverá relatar as características da amostra de padronização de maneira clara e precisa, preferencialmente comparando com estimativas nacionais, possibilitando o julgamento do nível de representatividade do grupo de referência usados para a transformação dos escores;

b) diferente da interpretação referenciada à norma, explicando o embasamento teórico e justificando a lógica do procedimento de interpretação utilizado.

O teste deve estar de acordo com os padrões estabelecidos em sua normatização, garantindo as qualidades de validade e fidedignidade (Silva, 2010). Segundo Pasquali (2001, p.11) “Os testes psicológicos são instrumentos de medida em Psicologia e, como qualquer instrumento de medida devem apresentar certas características que justifiquem podermos confiar nos dados que produzem”. Os testes psicológicos, portanto, podem ser classificados por meio de três eixos principais: a objetividade, a padronização (o que medem e a forma de resposta) e os materiais utilizados para a obtenção de respostas (dependem de cada teste: forma verbal, lápis e papel ou aplicado com o auxílio ferramentas tecnológicas como computador, *tablets* e demais artefatos (Joly, Silva, Nunes, & Souza, 2007).

Segundo a Resolução 007/2009 do Conselho Federal de Psicologia (2009), existem habilidades mínimas que devem constar no processo de avaliação psicológica para que o indivíduo possa obter a sua CNH, sendo classificadas em: tomada de informação, processamento de informação e tomada de decisão, comportamentos, traços de personalidade.

A seguir cada um dos itens serão detalhados:

1. Tomada de Informação refere-se à capacidade do candidato de ter atenção em diferentes aspectos sendo elas: atenção difusa/vigilância/atenção sustentada; atenção concentrada; atenção distribuída/dividida; atenção alternada.

2. Processamento de Informações e Tomada de Decisão, o candidato deverá ter aptidões intelectuais para resolver problemas novos, solucionar questões, induzir conceitos, compreender implicações e possuir determinadas habilidades adquiridas de acordo com a cultura no qual está inserido. O candidato também deverá possuir habilidades referentes à memória, tais como: a capacidade de registrar, reter, evocar estímulos no momento atual e também de recuperar informações armazenadas há um longo período de tempo. Por meio da entrevista, o avaliador deverá avaliar questões referentes à orientação espacial, identificação significativa, julgamento ou juízo crítico e tomada de decisões, além da capacidade de situar-se frente ao tempo e espaço.

3. Comportamentos: por intermédio da entrevista e situações hipotéticas, o psicólogo deverá avaliar se o candidato possui comportamentos adequados às situações no trânsito, mais especificamente o tempo de reação, a coordenação viso e audiomotora, a capacidade para perceber quando às ações no trânsito correspondem ou não a comportamentos adequados.

4. Traços de personalidade: o candidato deverá apresentar controle emocional, da ansiedade e da impulsividade.

Avaliar os aspectos da personalidade do candidato por meio dos testes é um dos critérios exigidos para a aquisição da CNH no Brasil, um dos poucos países a ter essa determinação, no entanto, a Resolução nº 80/98 do Conselho Nacional de Trânsito aponta o fato de ser fundamental avaliar a personalidade do candidato, pois ele deverá ter ausência de quadro reconhecidamente patológico, controle adequado da agressividade e impulsividade. Segundo Sturzenegger (2012), os testes recomendados, de acordo com a área psicológica em avaliação pelo psicólogo perito do trânsito, são: a) Inteligência: Raven, G-36, R-1, BFM-3, TCR; 2) Atenção: D-2, AC, BFM-1; 3) Memória: BFM-2 / TEMPLAM; 4) Personalidade: Palográfico, HTP, Zulliger, Rorschach, TAT.

Os testes de personalidade

Sampaio e Nakano (2011), referem que os testes de personalidade representam uma importante fonte de informação sobre o comportamento humano, entende-se por personalidade o comportamento singular e consistente de indivíduo que permanece ao longo do tempo e que é predominante nas mais variadas situações, sendo uma integração dos sistemas cognitivos, afetivos e emocionais (Bartholomeu, 2008). Indivíduos que possuem um bom funcionamento psicossocial no meio em que convivem, têm uma base para desenvolver um comportamento adequado em diferentes contextos, inclusive no trânsito, assim como, indivíduos que apresentam traços de agressividade e impulsividade tenderão a manifestar esse comportamento também no trânsito (Alcântara, 2013; Alchieri, 2010; Silva & Alchieri, 2007).

A avaliação da personalidade no contexto trânsito é fundamental para entender o funcionamento do indivíduo, sendo os testes de personalidade os instrumentos mais utilizados para obter informações acerca dos condutores, os testes classificam-se em

duas categorias: testes objetivos referente aos instrumentos capazes de descrever as respostas de forma quantitativa por meio de números e conceitos psicológicos, e projetivos que por meio de um estímulo apresentado, o indivíduo dará uma resposta consciente ou inconsciente que será analisada baseando-se no manual de correção do teste projetivo aplicado (Alchieri, 2010).

As pesquisas referentes à efetiva capacidade dos testes de personalidade auxiliarem na melhoria das condições do trânsito (predizendo funcionamentos, descrevendo condições psicológicas, definindo variáveis de investigação, etc.) ainda são escassas, não apresentando resultados conclusivos, os testes projetivos são os que possuem uma maior aplicação, investigação e diagnóstico da personalidade sendo essenciais para a realização da avaliação psicológica. Baseando-se neste pressuposto, o presente estudo investigará os principais testes projetivos utilizados no contexto do trânsito (Joly, Silva, Nunes, & Souza, 2007; Noronha, Primi, & Alchieri, 2004).

Testes projetivos

O conceito de teste projetivo foi formulado por Frank em 1939 e definido como um procedimento para avaliar a personalidade. O teste projetivo apresenta como estímulo algo pouco estruturado e mal definido, vago e impreciso, não possuindo um significado claro, fazendo com que o indivíduo possa expressar sua opinião de forma singular (Van Kolck, 1974). Os testes projetivos baseiam-se em estímulos ambíguos como manchas de tinta, frases incompletas e imagens, são instrumentos mais funcionais e menos propensos a seleção de resposta de acordo com a desejabilidade social (Capitão & Santos, 2010; Sartori, 2010). As técnicas projetivas possibilitam que o indivíduo expresse livremente sua percepção, imaginação e fantasia e, conseqüentemente, permite que o psicólogo avalie a dinâmica da personalidade do examinando (Anastasi & Urbina, 2000; Werlang, Fensterseifer, & Lima, 2006).

No contexto da avaliação psicológica, os testes projetivos podem ser definidos como um processo no qual os vestígios das experiências passadas podem exercer influencia nas novas experiências, transformando-as em uma nova totalidade, ou seja, o que é percebido pelo indivíduo no presente pode estar carregado de uma série de significados que foram vividos no passado (Tavares, Bunchaf, & Vasconcellos 2011). Outro entendimento possível é de, em função da ambigüidade dos estímulos, as respostas são dadas pela percepção do indivíduo da sua situação atual, dos sentimentos, motivações pessoais, conflitos, estados emocionais momentâneos. Com base nos estímulos da técnica projetiva, o indivíduo projeta as suas necessidades e atitudes subjacentes à resposta que fornece (Villemor-Amaral & Pasqualini-Casado, 2006; Villemor-amaral & Primi, 2009).

Logo, o principal objetivo de um teste projetivo é avaliar a dinâmica e a estrutura da personalidade, entendidos como os comportamentos, as tendências espontâneas e subjetivas motivadas por necessidades implícitas que se manifestam em determinados contextos de vida. Além disso, as técnicas projetivas podem auxiliar na identificação de possíveis patologias e no funcionamento psíquico (Capitão & Santos, 2010). Utilizadas como informações para construção diagnóstica, podem auxiliar na identificação de traços característicos, estados afetivos, atitudes decorrentes de processos psicológicos que interferem no funcionamento global da personalidade, interferindo no modo de pensar,

sentir e agir. Por meio dos testes projetivos, o psicólogo não explora uma variável única, mas uma gama de variáveis em interrelação (Villemor-Amaral & Pasqualini-Casado, 2006; Werlang, Fensterseifer, & Lima, 2006).

As principais críticas referentes aos testes projetivos referem-se ao fato de que eles não possuem objetividade em suas avaliações; a sua forma de mensuração é considerada subjetiva, tornando questionáveis as conclusões e as hipóteses geradas pelos instrumentos. No entanto, há consenso entre autores ao explicarem que diferentes testes projetivos contam com métodos quantitativos de avaliação, baseados na psicometria, que possibilitam classificar as respostas de forma objetiva, permitindo concordância significativa entre os examinadores, além das evidências de validade e fidedignidade, destacando-se entre estes testes o método de Rorschach e o teste de Zulliger (Duarte & Bordin, 2000; Exner & Sendin, 1999; Villemor-Amaral & Primi, 2009)

O método de Rorschach

O teste de Rorschach foi publicado em 1921, seu nome refere-se ao sobrenome do psiquiatra suíço Hermann Rorschach que elaborou o instrumento. O teste possui dez cartões que contém borrões de tinta de contorno não muito definido, com alguma simetria. Cinco cartões têm manchas em branco e preto, duas apresentam também a cor vermelha e três outras são policromáticas; a aplicação do instrumento possui tempo indeterminado (Vaz, 2002).

Por meio do método do Rorschach, o indivíduo expressa seus sentimentos, revelando livremente seu mundo privado, com a utilização dos cartões ele expressa o que vê e, como são apenas imagens não é necessário analisar se é uma resposta culturalmente aceita (Villemor-Amaral, Machado, & Noronha, 2009). Na área cognitiva representada pelo processo de percepção do estímulo, o indivíduo pode formular conceitos e ideias, a pessoa se projeta nos estímulos do teste, referindo-se aos conteúdos presentes na sua psique, esses conteúdos poderão ser melhor explorados pelo aplicador em outro momento, ou seja, no inquérito, onde o profissional poderá estimular que o examinando explicita quais as razões que o levaram a ver tais e tais imagens, em tais e tais áreas da mancha (Tavares, Bunchaf, & Vasconcellos 2011).

As respostas geradas pelo indivíduo diante dos estímulos das lâminas serão transformadas em categorias e interpretadas conforme os procedimentos estabelecidos pelo manual do método sendo um conjunto de variáveis por meio das quais se podem quantificar os aspectos funcionais e dinâmicos da personalidade (Villemor-Amaral, Machado, & Noronha, 2009).

O Rorschach é o teste projetivo mais utilizado na área clínica, sendo um procedimento muito importante na avaliação precisa do indivíduo, amplamente usado e valorizado por clínicos e pesquisadores de diversos países, possui grande utilidade no estabelecimento de diagnósticos diferenciais, plano de tratamento e avaliação dos processos interventivos, no entanto, devido a grande demanda de tempo exigida sua aplicação é inviável em avaliações com número elevado de indivíduos (Candiani, Souza, Camilo, & Candiani, 2003; Villemor-Amaral, Machado, & Noronha, 2009).

O teste de Zulliger

O teste de Zulliger (Z-Teste) foi construído por Hans Zulliger durante a Segunda Grande Guerra Mundial, diante da necessidade de utilizar a técnica do Rorschach para selecionar oficiais para as forças armadas na Suíça e, constatando a dificuldade de aplicação individual do Rorschach e a grande quantidade de tempo despendida com o instrumento, baseou-se nos estudos do instrumento para criar o Zulliger, que é composto por apenas três lâminas (Villemor-Amaral, Machado, & Noronha, 2009). Trata-se de um instrumento de avaliação da personalidade, baseando-se no psicodiagnóstico do Rorschach, o Zulliger é uma técnica relativamente não estruturada, mensurando a personalidade em inúmeras dimensões baseando-se nos pressupostos de psicometria e projeção. Pode ser considerado como um método de auto expressão, obtém informações do indivíduo baseando-se em um modo indireto, essas informações são referentes ao seu psíquico (Villemor-Amaral & Primi, 2009).

As manchas são estímulos que podem provocar percepções e associações que mostram como um indivíduo age, toma decisões, sua maneira de pensar e sentir, forma de se relacionar com outras pessoas, entre outras características singulares. As respostas obtidas na aplicação do teste são transformadas em categorias que são quantificadas e interpretadas, fornecendo ao psicólogo condições de verificar aspectos funcionais e dinâmicos da personalidade. O teste de Zulliger é um instrumento que provoca no indivíduo associações com registros de experiências que geram determinadas respostas, nesse teste é mais importante como a pessoa viu, não necessariamente o que ela viu, pois o instrumento avalia a estrutura perceptiva e não a resposta em si, possuindo inúmeras variáveis que tornam possível quantificar os aspectos funcionais e dinâmicos da personalidade, além das crenças e pressupostos dos indivíduos podem ser tanto explorados como analisados (Villemor-Amaral, Machado, & Noronha 2009; Weiner, 1994).

O Zulliger pode ser aplicado individualmente utilizando os três cartões, seguindo o método do Sistema Compreensivo (Villemor-Amaral & Primi, 2009) ou coletivamente utilizando três dispositivos. A aplicação coletiva é dividida em quatro fases: 1ª) *rapport* no qual o examinador cria um clima descontraído e informal para a aplicação do teste; 2ª) instruções referentes a como o instrumento será manejado e quais os procedimentos o examinando deverá seguir; 3ª) nomeação e descrição, refere-se ao momento em que o examinador aplica o instrumento; 4ª) mapeamento de respostas, feito por cada um dos examinandos (Vaz, 2002).

Teste desenho da figura humana (DFH) e desenho da casa-árvore-pessoa (HTP)

Em 1926, Goodenough, uma estudiosa dos processos cognitivos e do desenho da figura humana, observou que os desenhos poderiam ser utilizados para avaliar a personalidade do indivíduo, ela observou que as figuras continham particularidades dos indivíduos como detalhes raros e repletos de significados para o indivíduo que havia realizado o desenho sem que necessariamente esses traços fossem representativos para indicar componentes intelectuais como se acreditava na época, o DFH é considerado um teste gráfico (Borsa & Bauermann, 2013; Ferreira, 2011).

A partir do DFH originou-se um dos testes projetivos mais utilizados pelos profissionais, o HTP House-Tree-Person Test ou teste do desenho da casa-árvore-pessoa. O teste é extremamente utilizado no âmbito dos processos de avaliação psicológica podendo ser aplicado em crianças, adolescentes e adultos e possui uma ampla gama de pesquisas que avaliam os inúmeros indicadores emocionais que o indivíduo pode expressar por meio do teste (Ferreira, 2011). A enorme usabilidade do teste é devido a inúmeros fatores, dentre eles: necessário apenas uma folha de respostas específica para o indivíduo, lápis, borracha e papel a aplicação do instrumento é extremamente simples, sendo muito clara e precisa, fazendo com que tanto o examinando execute sem problemas; os resultados são fáceis de serem mensurados, além disso, possibilitam ao investigador um grande entendimento biopsicossocial do examinando (Ferreira, 2011).

A aplicação do HTP pode ser realizada em quatro fases: a primeira no qual o examinador solicita ao examinando que realize o desenho de uma casa, de uma árvore e de uma pessoa usando apenas lápis preto e borracha. A segunda fase refere-se ao inquérito posterior ao desenho, quando é realizado uma série de perguntas a respeito dos aspectos do desenho a terceira e quarta fase não é obrigatório que sejam aplicadas, sendo que consistem em o examinando desenhar novamente uma casa, uma árvore e uma pessoa, porém utilizando o giz de cera e logo após, o examinador realizar perguntas sobre os desenhos (Rosa & Batista, 2012).

A avaliação da personalidade nos condutores

O conceito de personalidade tem origem do latim: persona que significa tendência a aparência externa, refere-se a uma predisposição dos indivíduos em responder do mesmo modo ou de maneira muito semelhante a tipos diferentes de estímulos, essas respostas são constantes e algumas delas podem ser permanentes ao longo da vida dos indivíduos, trata-se da maneira de como os indivíduos são e agem no ambiente em que vivem (Junior, Lima, & Lopes, 2004).

As características da personalidade influenciam diretamente o modo como os indivíduos se relacionam no trânsito, para dirigir não basta o indivíduo possuir habilidades motoras e cognitivas, é necessário possuir um entendimento das regras formais e informais, possuir capacidade de antecipar situações de risco e ajustar-se emocionalmente perante as situações apresentadas no trânsito (Bartholomeu, 2008).

A personalidade é considerada o principal fator de ligação com acidentes. Lamounier e Rueda (2005) apontam correlações entre a personalidade e o trânsito. Indivíduos mais agressivos e estressados se envolvem em mais acidentes de trânsito e os que possuem características de desvio social mais elevados possuem tendência a exceder limites de velocidade. (Padilha, Noronha, & Fagan, 2007; Sampaio & Nakano, 2011).

Os testes psicológicos são fundamentais para prever a habilidade de dirigir e prever a possibilidade do indivíduo se envolver em acidentes, sendo que os testes que garantem mais credibilidade em relação a mensurar a personalidade dos indivíduos são os testes projetivos, pois são considerados respeitáveis instrumentos ao propiciar

liberdade de interpretação, valorizar o que surge de forma espontânea na consciência e que expressa a singularidade do indivíduo (Padilha, Noronha, & Fagan, 2007).

Considerações finais

A avaliação psicológica é uma importante ferramenta para poder investigar os aspectos subjetivos dos indivíduos no contexto do trânsito. O psicólogo tem ao seu alcance diferentes ferramentas e possui autonomia para definir como irá realizar o processo avaliativo. Entretanto, não existem instrumentos de medida específicos para este contexto. Outra limitação da área consiste em não haver a clareza na definição do perfil de um indivíduo apto a conduzir um veículo automotor. A legislação delimita o campo ao apontar quais são as características necessárias ao condutor, mas não define objetivamente o perfil desse indivíduo.

Sendo assim, compete ao psicólogo tentar adequar o perfil dos motoristas, no momento de realizar a avaliação psicológica, contudo sua atividade é restrita ao avaliar os indivíduos, encerrando-se aí a sua tarefa. Não há a contribuição para a promoção e desenvolvimento de um trânsito mais seguro, pois seu trabalho é limitado à avaliação, sem a possibilidade de intervir.

É inegável que ocorreram progressos na Psicologia no âmbito do trânsito nos últimos anos, porém existem algumas demandas que necessitam de atenção. Entre elas destacam-se o aprofundamento dos conhecimentos sobre: a própria Psicologia do Trânsito e as questões que envolvem a mobilidade humana; a avaliação psicológica aplicada neste segmento; os instrumentos da Psicologia que permitem a avaliação das características necessárias para tornar-se um condutor de veículos automotores de acordo com a lei, entre outras. Pensa-se que estas condições acrescidas da participação efetiva dos psicólogos de modo interventivo, possibilitarão a ampliação da qualidade das condições de trânsito no país. Sugere-se, por fim, a realização de estudos que associem testes psicológicos, técnicas projetivas, características de personalidade e o perfil dos indivíduos candidatos à CNH, relacionando essas variáveis também às infrações cometidas.

Referências

- Alchieri, J. C. (2010). Validade Preditiva de Instrumentos Psicológicos Usados na Avaliação Psicológica de Condutores. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(4), 695-706.
- Alcantara, B. D. D. O. (2013). *Comparação entre grupos de motoristas infratores e não infratores através de instrumentos psicológicos*. (Monografia). Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/>
- Anastasi, A., & Urbina, S. (2000). *Fundamentos da testagem psicológica*. Porto Alegre, RS: Artmed.
- Bartholomeu, D. (2008). Traços de personalidade e comportamentos de risco no trânsito: Um estudo correlacional. *Psicologia Argumento*, 26(54), 193-206.

- Borsa, J. C., & Bauermann, M. (2013). O Desenho da Figura Humana na avaliação da agressividade infantil. *Avaliação Psicológica*, 12(2), 273-274.
- Brasil. Decreto-lei nº. 237, de 28 de fevereiro de 1967. Modifica o Código Nacional de Trânsito (Revogado pela Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997. Institui o Código de Trânsito Brasileiro). Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 28 de fevereiro de 1997. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/processoAudienciaPublicaAdin4103/anexo/Lei_9.503_de_23_de_setembro_de_1997.pdf>.
- Brasil. Decreto-lei nº 4119, de 27 de agosto de 1962. Dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4119.htm>.
- Brasil. Decreto-lei nº 9545, de 5 de agosto de 1946. Dispõe sobre a habilitação e exercício da atividade de condutor de veículos automotores. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9545-5-agosto-1946-417705-publicacaooriginal-1-pe.html>>.
- Candiani, D. M., de Souza, A. M. R., Camilo, D., & Candiani, T. M. (2003). Estudo da validade de um método projetivo: teste de Zulliger – por meio de parâmetros psicométricos. *Psic: revista da Vetor Editora*, 4(2), 36-43.
- Capitão, C. G., & Santos, R. F. D. (2010). O teste dos três personagens: um teste projetivo a ser validado. *Psicologia Hospitalar*, 8(1), 61-76.
- Conselho Federal de Psicologia. (2004). *Avaliação dos Testes Psicológicos*: relatório. Disponível em: <http://www.pol.org.br/satepsi>.
- Duarte, C. S., & Bordini, I. A. (2000). Instrumentos de avaliação. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, (22), 55-58.
- Exner Jr, J. E., & Sendin, C. (1999). *Manual de interpretação do Rorschach para o sistema compreensivo*. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- Ferreira, G. V. (2011). *Teste projetivo do desenho da figura humana: estudo da fidedignidade entre juízes* (Dissertação de Mestrado). Disponível em: <http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/4860/1/000431343-Texto%2bCompleto-0.pdf>
- Hoffmann, M. H., Cruz, R. M., & Alchieri, J. C. (2003). Comportamento humano no trânsito. *Casa do Psicólogo*.
- Joly, M. C. R. A., Silva, M. C. R. D., Nunes, M. F. O., & Souza, M. S. D. (2007). Análise da produção científica em painéis dos congressos brasileiros de avaliação psicológica. *Avaliação Psicológica*, 6(2), 239-252.
- Junior, J. A. S., Lima, D. V. B., & Lopes, A. P. (2014). Traços de personalidade e ansiedade: estudo de revisão bibliográfica. *Caderno de Graduação-Ciências Biológicas e da Saúde-FITS*, 2(1), 79-89.
- Lamounier, R., & Rueda, F. J. M. (2005). Avaliação psicológica no trânsito: perspectiva dos motoristas. *Psic: revista da Vetor Editora*, 6(1), 35-42. OK
- Moura, G. O., & Venzon, C. Questões éticas em instrumentos de avaliação da personalidade (2011). In *III Congreso Internacional de Investigación y Práctica Profesional en Psicología*. Realizado na Facultad de Psicología – Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires.

- Noronha, A. P. P., Primi, R., & Alchieri, J. C. (2004). Parâmetros psicométricos: uma análise de testes psicológicos comercializados no Brasil. *Psicologia: ciência e profissão*, 24(4), 88-99.
- Padilha, S., Noronha, A. P. P., & Fagan, C. Z. (2007). Instrumentos de avaliação psicológica: uso e parecer de psicólogos. *Avaliação Psicológica*, 6(1), 69-76.
- Pasquali, L. (2001). Técnicas de exame psicológico-TEP: manual. *São Paulo: Casa do Psicólogo*, 23.
- Conselho federal de psicologia. Resolução CFP N.º 002/2003, de 20 de dezembro de 1971. Acessado em: 01 de agosto de 2014. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2003/03/resolucao2003_02_Anexo.pdf>.
- Conselho Federal de psicologia. Resolução nº 012/2000, (2000). Acessado em: 01 de agosto de 2014. Disponível em:<http://www.pol.org.br/pol/export/sites/default/pol/legislacao/legislacaoDocumentos/resolucao2000_12.pdf>.
- Conselho federal de psicologia. Resolução CFP N.º 007/2009, de 20 de dezembro de 1971. Acessado em: 01 de agosto de 2014. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2009/08/resolucao2009_07.pdf>.
- Rosa, S., & Batista, A. P. L. (2012). Qual a Importância de um Teste Projetivo como o HTP para Auxiliar na Avaliação Psicológica em Crianças com Dificuldade de Aprendizagem. *Revista online de divulgação científica da UNIDAVI*, p.37.
- Sampaio, M. H. D. L., & Nakano, T. D. C. (2011). Avaliação psicológica no contexto do trânsito: revisão de pesquisas brasileiras. *Psicologia: teoria e prática*, 13(1), 15-33.
- Sartori, R. (2010). Face validity in personality tests: psychometric instruments and projective techniques in comparison. *Quality & Quantity*, 44(4), 749-759.
- Silva, F. H. V. D. C., & Alchieri, J. C. (2007). Avaliação psicológica da personalidade de condutores: uma revisão de literatura. *PsicoUSF*, 12(2), 189-196.
- Silva, M. A. D. (2010). Os métodos projetivos na avaliação psicológica. *Avaliação Psicológica*, 9(2), 341-344.
- Sturzenegger, L. D. (2012). *A importância para a avaliação psicológica periódica para a segurança veicular no trânsito*. (Monografia). Centro Universitário de Araras, São Paulo.
- Tavares, A. L. R., Bunchaf, G., & Vasconcellos, V. L. P. (2011). *Validação do Zulliger no contexto da análise transaccional*. Disponível em: http://www.sospesquisaerorschach.com.br/_extra/artigo-12.pdf
- Van Kolck, O.L. (1974). *Técnicas de exame psicológico e suas aplicações no Brasil*. Petrópolis: Vozes.
- Vaz, C. E. (2002). *Z-Teste: Técnica de Zulliger: forma coletiva*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Villemor-Amaral, A. E., Machado, M. A. S., & Noronha, A. P. P. (2009). O Zulliger no sistema compreensivo: um estudo de fidedignidade. *Psicologia Ciência e Profissão*, v. 29, n. 4, p.656-671.
- Villemor-Amaral, A. E., & Pasqualini-Casado, L. (2006). A cientificidade das técnicas projetivas em debate. *Psico-USF*, 11(2), 185-193.

- Villemor-Amaral, A. E., & Primi, R. (2009). *Teste de Zulliger no sistema Compreensivo ZSC: forma individual*. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- Weiner, I. B. (1994). The Rorschach Inkblot Method (RIM) is not a test: Implications for theory and practice. *Journal of Personality Assessment*, 62(3), 498-504.
- Werlang, B. S. G., Fensterseifer, L., & Lima, G. Q. (2006). Teste Aperceptivo Familiar (FAT): técnica projetiva de avaliação psicológica. *Avaliação Psicológica*, 5(2), 255-260.

Recebido em julho de 2015

Aceito em agosto de 2016

Maiala Bittencourt Silvano: Psicóloga. Mestranda do Grupo de Pesquisa Avaliação e Intervenção no Ciclo Vital na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Pós Graduada em Neuropsicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Regina Maria Fernandes Lopes: Psicóloga. Pós-Doutora em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Doutora em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Especialista em Reabilitação Neuropsicológica (FMUSP).

Bruna Fernandes da Rocha: Psicóloga formada pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Colaboradora do Grupo de Pesquisa Avaliação e Intervenção no Ciclo Vital pela PUCRS.

Endereço para contato: reginamlopes@gmail.com